

REFLEXÃO SOBRE A EVITABILIDADE DA MORTALIDADE MATERNO-INFANTIL

Michelly de Souza Faria², Thiara Borges Santos³

Resumo: *A mortalidade materna e infantil constituem parâmetros das condições de vida e de saúde do nosso país, porém há uma discordância entre a magnitude desses indicadores e a quantidade de artigos publicados, sendo que a maioria destes não progrediu frente à apuração dos determinantes dos óbitos maternos e infantis. Sendo assim, o objetivo dessa reflexão foi analisar a situação de saúde materno-infantil e verificar a constância da evitabilidade nesses casos através de uma revisão da literatura enfocando a evitabilidade da mortalidade materno-infantil, sendo pesquisadas publicações na Scielo (Scientific Eletronic Library Online) e na Biblioteca Virtual da Saúde a partir da década de 90. A abordagem da evitabilidade poderá contribuir com a melhoria da assistência à mulher e à criança, aumentando a extensão da cobertura dos serviços de saúde de qualidade, reduzindo, conseqüentemente, os óbitos materno-infantis evitáveis, sendo necessárias, dentro dessa problemática, a efetivação de ações amplas e articuladas com o intuito de transformar efetivamente o atual modelo assistencial do país.*

Palavras-chave: *Indicadores de saúde, óbito evitável, mortalidade infantil, mortalidade materna*

Introdução

A mortalidade materna, determinada como a morte durante a gravidez ou no prazo de 42 dias após o final da gestação independe da duração ou da localização da gravidez e, ocorre devido a qualquer causa relacionada ou agravada pela gestação ou por medidas tomadas em relação a ela, porém não é consequência de causas acidentais ou incidentais, tornando-a um grave problema de saúde, principalmente nos países em desenvolvimento, constituindo

²Michelly de Souza Faria – Graduanda em Enfermagem – Universidade Federal de Viçosa. e-mail: michellyfaria05@gmail.com

³Thiara Borges Santos – Graduanda em Enfermagem – Universidade Federal de Viçosa. e-mail: thiara.santos@ufv.br

assim um bom indicador em saúde materno-infantil, uma vez que reflete os fatores biológicos e as características da população, além da utilização dos serviços de saúde (DIAS, 2015; MORSE, 2011; SIQUEIRA, 1984).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de mulheres que morrem durante a gravidez ou por complicações durante o parto e aborto vêm decrescendo, mas ainda são registradas mais de mil mortes por ano no Brasil (OPAS/OMS BRASIL, 2012). Em seu último relatório sobre mortalidade materna, o Brasil teve posição abaixo da meta do milênio; nos últimos 18 anos alcançou redução de 52% (120/100.000 NV em 1990, 64/100.00 NV em 2005 e 58/100.000 NV em 2008), com velocidade média anual de queda de 4%, quando o ideal seriam 5,5% (BRASIL, 1996).

A mortalidade infantil, por sua vez, é subdividida em dois períodos: o neonatal – até os 27 primeiros dias de vida - e o pós-neonatal – dos 28 dias até 1 ano do nascimento (Bittencourt, 2014). Este indicador está em constante decréscimo no Brasil, porém em níveis anuais abaixo do esperado (Gaustaud, 2008; Caldeira, 2005). São considerados fatores de risco para a mortalidade infantil o baixo peso ao nascer, condição socioeconômica familiar precária, baixa escolaridade materna, fumo na gravidez e qualidade insatisfatória do pré-natal oferecido (VICTORA, 1996; COSTA, 1996; BARROS, 2004).

Ademais, a amplitude e a estrutura de causalidade da mortalidade infantil constituem-se como “evento-sentinela” da qualidade de assistência à saúde da população, sendo que a baixa efetividade dos serviços à saúde infantil revela a extensão da mortalidade por causas evitáveis (LANSKY, 2002; CALDEIRA, 2005). Contudo, os sub registros e os registros atrasados dos nascimentos, e também as subnotificações tornam os dados sobre esse indicador conflitantes e inviáveis para uma declaração evidente e precisa de seus valores médios no país (CALDEIRA, 2005).

Diante disso, a vigilância epidemiológica leva a um pensamento direcionado à problemática da equidade na qualidade de vida, além de induzir a reflexão sobre o conteúdo dessa qualidade, o que depende, então, das ações de promoção da saúde conduzidas na sociedade (SILVA, 2009). Além disso, aborda um questionamento acerca da qualidade dos serviços e da sua capacidade de responderem às demandas e necessidades de saúde da população, proporcionando uma análise das causas da morte e uma análise da assistência prestada

para intervenção nos serviços de saúde, uma análise dentro dos processos de trabalho, com melhor compreensão da cadeia de eventos que conduziu ao óbito (HARTZ, 1996; LANSKY, 2002; ROUQUAYROL, 1994).

Em nível local, a vigilância epidemiológica promove uma mudança no modo de compreender, trabalhar e avaliar os serviços assistenciais através do reestabelecimento do propósito da assistência, do redirecionamento do processo de trabalho e do remodelamento dos serviços de saúde e ainda incrementa uma visão integral do processo saúde-doença. (ROUQUAYROL, 1994; OLIVEIRA, 2009).

A vigilância de óbitos maternos e infantis dá então visibilidade às preocupantes taxas desses indicadores no país, contribuindo para melhora do registro de óbitos e para o planejamento e a adoção de medidas de prevenção, constituindo, portanto, uma estratégia essencial para a redução da mortalidade materna e infantil (BRASIL, 2009).

À luz destas questões, estudos que avaliem a ocorrência de óbitos maternos e infantis e suas causas prevalentes tornam-se de grande valia, pois permitem identificar aqueles com potencial de evitabilidade, perante o acesso em tempo oportuno a serviços qualificados de saúde, o que serve como base para a implantação de intervenções efetivas no âmbito da saúde referente à área materno-infantil. Assim, o objetivo do estudo é analisar a situação de saúde materno-infantil e verificar a constância da evitabilidade nesses casos, colaborando no planejamento de estratégias que tem como finalidade o decréscimo da mortalidade materna e da mortalidade infantil.

Material e Métodos

No presente trabalho foi realizada uma revisão da literatura enfocando a evitabilidade da mortalidade materno-infantil, sendo pesquisadas publicações na Scielo (Scientific Eletronic Library Online) e na Biblioteca Virtual da Saúde a partir da década de 90, além de artigos referenciados nessas publicações. Os seguintes termos foram utilizados como descritores de assunto: mortalidade infantil, mortalidade materna, evitabilidade.

Resultados e Discussão

A mortalidade materno-infantil é reconhecidamente um indicador da condição de vida e de saúde de uma população, estando associada a causas que podem ser prevenidas, relativas ao acesso e ao uso dos serviços de saúde, além da qualidade dessa assistência (LANSKY, 2002).

A ocorrência de óbitos maternos e infantis evitáveis está vinculada a precárias condições econômicas, tecnológicas e culturais do país, sendo considerados como eventos sentinelas da qualidade da assistência à saúde e o seu acontecimento indica falha na atenção à saúde, tratando-se de uma preocupação mundial (SOARES, 2012; NASCIMENTO, 2014).

Há uma discordância entre a relevância de tais indicadores e a quantidade de estudos realizados no Brasil, sendo que a maioria destes não progrediu frente à apuração dos determinantes dos óbitos maternos e infantis (MORSE, 2011). Além disso, a subnotificação é ainda uma problemática existente no país, acompanhada pela cobertura incompleta das estatísticas vitais no território nacional e pela insuficiência de informações de qualidade e confiáveis nos sistemas de informação em saúde (LANSKY 2002).

A análise da mortalidade materno-infantil por causas evitáveis permite avaliar com maior precisão o estado de saúde da população infantil e materna de um determinado local, além de propiciar aporte para implantação de intervenções mais apropriadas e efetivas às necessidades dos grupos populacionais de maior vulnerabilidade (Nascimento, 2014).

A abordagem da evitabilidade em estudos e artigos científicos poderá contribuir no debate frente a questões relacionadas à organização, qualidade e acesso aos serviços de saúde, do mesmo modo na identificação dos óbitos que poderiam ter sido prevenidos ou evitados por uma adequada atenção à saúde materno-infantil e, conseqüentemente, por uma assistência eficiente durante o pré-natal, o parto e o puerpério (NASCIMENTO, 2014; GIFFIN, 1999).

O reconhecimento de que elevadas taxas de mortalidade materno-infantil estão vinculadas com o desempenho dos serviços de saúde e a identificação de óbitos evitáveis intitulam ao compromisso os gestores da saúde com o intuito de garantir o acesso da gestante e do recém-nascido a serviços de qualidade, considerando que a qualificação e a maior cobertura da assistência

se revelam como ações prioritárias e intervenções efetivas para o decréscimo das taxas e das desigualdades da mortalidade materno-infantil no Brasil (FREITAS, 2012).

Portando, a análise de evitabilidade é fundamental, podendo direcionar os gestores aos recursos na melhoria na assistência pré-natal e do parto, e também no cuidado durante o período pós-parto.

Considerações Finais

À luz dessas questões, são necessárias ações amplas e articuladas com o intuito de transformar efetivamente o atual modelo assistencial na atenção à mulher e à criança, haja vista as deficiências evidenciadas referente a formação dos profissionais e a organização de um sistema de referência para atendimento eficiente, além do aumento do acesso aos serviços de saúde, da extensão da cobertura da assistência, da atenção ao parto e aos cuidados com os recém-nascidos e da responsabilidade dos gestores em articular e sistematizar todo o processo de trabalho em saúde, considerando dentro dessa temática o elevado e preocupante número de óbitos evitáveis (SOARES, 2012).

Referências Bibliográficas

BARBEIRO, F.M.S; FONSECA, S.C; TAUFFER, M.G; FERREIRA, M.S.S; SILVA, F.P; VENTURA, P.M; QUADROS, J.I. Óbitos fetais no Brasil: revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública**.49:22. 2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CALDEIRA, A. P.; FRANÇA, E; PERPÉTUO, I. H.O.; GOULART, E. M. A. Evolução da mortalidade infantil por causas evitáveis, Belo Horizonte, 1984-1998. **Revista Saúde Pública**, Belo Horizonte, v. 39, n. 1. 2005.

COSTA, J.S.D.; VICTORA, C.G.; BARROS, F.C.; HALPERN, R.; HORTA, B.L.; MANZOLLI, P. Assistência médica materno-infantil em duas coortes de base populacional no Sul do Brasil: tendências e diferenciais. **Cad Saúde Pública**.12 Suppl 1:S59-66.1996.

DIAS, J.M.G. Mortalidade materna. *Ver. Med. Minas Gerais*; 25(2): 173-179. 2015.

FREITAS, B.A.C; GONÇALVES, M.R; RIBEIRO, RC.L. Mortalidade infantil, segundo critérios de evitabilidade e componentes - Viçosa - MG, 1998-2010. **Pediatr Mod**. 2012;48(6):237-45.